

A HISTORIOGRAFIA DA GEOGRAFIA: APRECIÇÃO DE UM DEBATE¹

Nilson Cortez Crocia de BARROS²

RESUMO

O ato de contar a história da Geografia nas últimas décadas foi severamente influenciado pelo relativismo social, e a historiografia de estilo contextual que emerge é a expressão deste movimento de idéias que está inequivocamente associado à pós-modernidade. Em sentido contrário, pode-se identificar um clamor por uma historiografia da disciplina aplicada à resolução dos problemas metodológicos da Geografia.

Palavras-Chave: Historiografia, Pós-modernidade.

ABSTRACT

In the last decades, the telling of the history of Geography became deeply influenced by the social relativism. The contextual historiography that emerged dominantly in these decades expresses of this movement of ideas which is unequivocally associated with post modernity. However, a call for a historiography which could be useful in solving methodological problems in the arena of geographic research can be heard.

Key words: Historiography, Post-modernity.

1. INTRODUÇÃO

O espectro das opiniões que as discussões recentes no campo da historiografia da Geografia criaram envolve tanto a simples negação de qualquer benefício ou valor prático do exercício historiográfico para a melhoria efetiva de qualquer ramo sistemático desta disciplina – exceto, talvez, para o benefício pessoal dos próprios historiadores!!! –, quanto à crença de que a história da Geografia vale, sobretudo, como episódio-chave para o entendimento da ideologia do Imperialismo nos séculos XIX e XX.

O primeiro ponto de vista, isto é, a negação do valor da historiografia para o progresso efetivo de qualquer ramo da disciplina, apóia-se numa visão francamente laboratorial e aplicada. A segunda visão, em contraste, corresponde à proposta historiográfica essencialmente sociologizada e de crítica política em desafio a práticas e produtos das ciências. Não obstante estas claras diferenças de perspectivas, ambas apresentam formulações que estão distantes dos esforços de harmonizações e unificações

¹ Texto resumido do artigo integral intitulado “A historiografia da Geografia e suas controvérsias: apreciação de um debate”. In: Revista Geográfica. v. 139, p. 83-102. 2006. Instituto Panamericano de Geografia e História, México.

² Universidade Federal de Pernambuco. Professor de Geografia. E-mail: nccrocia@ufpe.br.

legendárias de períodos e paradigmas que caracterizaram a historiografia da disciplina décadas atrás, inspiradas ou não em Kuhn. O modelo kuhniano foi já submetido ao crivo de apreciações críticas valiosas, como, por exemplo, na revisão fornecida por Mair (1986) e nas observações de Monteiro em relação a contextos de difusão da Geografia como o Brasil (MONTEIRO, 2000).

A atitude contemporânea diante do problema da reconstrução da história da disciplina não poderia ser diferente. Não há nem nunca houve uma Geografia claramente unificada e homogênea, como um bloco compacto e nitidamente distinguível, de modo que se tornasse possível a empresa de oferecer desta disciplina uma história única, ou, em outras palavras, uma ontologia não-problemática. Conseqüência é que, na verdade, existem versões diferentes e competitivas desta história (HEFFERNAN, 2003), embora isto não queira dizer que a historiografia foi lançada num campo sem referências factuais amplamente reconhecidas.

2. OS DISCURSOS GEOGRÁFICOS E OS DISCIPLINAMENTOS MODERNOS DA GEOGRAFIA

Desde a Antiguidade grego-romana que a abrangência ptolomáica do conceito de Geografia – abrangência envolvendo a *physis*, a cartografia e a corografia – nunca deixou de estar presente na disciplina, e daí esta Antiguidade, assim como se o reconhece para o Direito ou para a Filosofia ou para as Artes, é reconhecida como Clássica também para a Geografia (Barros, 2004). Os disciplinamentos acadêmicos e técnicos modernos promovidos pelos estados – esforços enredados no processo de institucionalização da Geografia durante os começos e metade do século XX – sobre aquela vastidão de impulsos e práticas seculares, esforços não raro coercivos e que forjaram *epistemes* (ciência de síntese regional ou ciência-mãe, ciência espacial positiva, ciência sócio-histórico-territorial, etc.), revelaram cada qual como programa a tentativa de unificar, de dar coerência ou de harmonizar propositiva ou doutrinariamente os discursos e as práticas geográficas tão múltiplas, domesticando-os e conferindo-lhes direções.

Exemplos paradigmáticos de documentos historiográficos deste último tipo – ou com esta função – são os de Barrows (1923), Hartshorne (1978) e Schaeffer (1977), peças de *scholarship*. Mas existia também uma historiografia padrão e muito popular da disciplina, que se exercia como reconstrução narrativa naturalística – ainda uma espécie de positivismo bruto ou pré-Círculo de Viena – de um processo de aperfeiçoamento cumulativo e global daqueles paradigmas disciplinadores – as evoluções do pensamento

geográfico ou da Geografia. A estas evoluções, deveríamos, todos, estudantes e professores, naturalmente aderir para manter a sintonia com o *progresso*. Esta historiografia reforçava a institucionalização moderna, legitimando-a, hipostasiando ferramentas cognitivas disciplinadoras. A idéia de progresso – evolução e progresso – foi definidora da Modernidade (Bury 1955) e dominou as apreciações holísticas da história da Geografia, quer fossem estas apreciações mais essencialistas ou mais materialmente dialéticas.

Contudo, e no sentido oposto, fato é que trabalhos historiográficos como o célebre artigo de Pattison (1964), o estudo de Buttimer (1982) e o de Livingstone (1992), ou o clássico trabalho de Glaecken (1967) sobre a história das idéias de Natureza desde Antiguidade até o século XVIII, entre outros, reconhecem cada qual a seu modo que existem no campo dos estudos geográficos impulsos temáticos e metodológicos de origem clássica, que estes impulsos coexistiram e mesmo se superpuseram em seus discursos, em doses diversas é verdade, ora aqui ora ali, ora ontem, ora hoje. Forçoso é reconhecer que a imagem evolucionista e linear de construção datadamente moderna – a historiografia convencional moderna – para a análise histórica das idéias em Geografia não era a única via de interpretação disponível.

3. A EXPERIÊNCIA DA HISTORIOGRAFIA SISTEMÁTICA DA GEOGRAFIA

A profusão dos estudos de caráter sistemático/analítico na disciplina ao longo dos anos de 1960 e seguintes, com suas revisões bibliográficas avançando detalhadamente sobre objetos muito específicos e criando muitos novos tópicos, objetos e entrelaçamentos interdisciplinares para a Geografia, conduziram a um distanciamento, por parte dos geógrafos práticos, da historiografia padrão ou harmonizadora. Ao *scholar*, a história da disciplina que realmente interessava era aquela específica que emergia das revisões tópicas, isto é, do assunto a que se dedicava, numa perspectiva compreensivelmente mais instrumental (epistemológica), e não uma historiografia geral e harmonizadora/unificadora de toda a Geografia.

Mas, enquanto o estilo unificador da historiografia moderna enfrentava sua crise de efetiva utilidade acadêmica, diversas *master pieces* da inquirição historiográfica ofereciam também valiosos *insights* nas últimas décadas do século 20 sobre aspectos da construção da disciplina, como os trabalhos de Pattison (1964), Stodart (1965, 1966, 1982), Duncan (1980), Duncan e Ley (1982, 1993), Mair (1986), Méynier (1969), Claval (1974), Capel (1981), Buttimer (1982), Livingstone (1979, 1992), Godlewska e Smith (1994),

Livingstone e Whitters (1999), Speth (1999), Dunbar (2001), entre outros; na historiografia brasileira, exemplos, também entre outros, são os trabalhos de Gomes (2000) e Martins (2001). Acompanhando a tendência à sistematização dentro da Geografia, resultado é que a historiografia da Geografia também se tornou mais um campo tópico de estudos dentro da disciplina, um espaço de exclusivos ou quase exclusivos no assunto.

O ato de narrar a história da disciplina foi submetido a um intenso processo de reestruturação baseado nos estudos interculturais, históricos e de poder, particularmente nas décadas de 1970 e 1980. Isto, contudo, não dissolveria o conflito entre a historiografia agora reformada dos historiadores profissionais ou sistemáticos da Geografia, por um lado, e as necessidades historiográficas específicas dos chamados geógrafos práticos (pesquisadores tópicos), por outro, estes últimos insatisfeitos com os rumos sociologizantes dos primeiros e clamando por atitudes historiográficas mais propositivas.

O cenário do debate historiográfico dos anos de 1990 e começos do século atual na Geografia é vasto, como afirmado, e nele se identifica esquematicamente duas grandes motivações. De um lado uma espécie de clamor por um neo-doutrinarismo ou normativismo historiográfico, isto é, uma demanda para que se produza uma historiografia próxima, útil e construída a partir das experiências e dilemas atuais das pesquisas, tal como foram algumas das suas nobres e marcantes antecessoras. Certamente erodida das expectativas holísticas, totalizantes e disciplinadoras da modernidade que visavam fundar *novas* Geografias (evolucionismo/idéia de *progresso*)! Do outro lado está a perspectiva historiográfica do contextualismo ou realismo, ou da historiografia dos estudos interculturais sobre ciência, poder e representação, sendo este um estilo da historiografia mais dos estudiosos sistemáticos da história da Geografia. Estes estudiosos não raro estão um pouco distantes do cotidiano dos laboratórios e das discussões tópicas dentro da disciplina, e estão portanto muito mais sintonizados com as agendas interculturais e políticas nas ciências humanas e culturais, argumentam os seus críticos.

A contradição em foco expressa ou é resposta a subcampos ou sub-arenas acadêmicas diversas, com diferentes agendas, exigências e ramificações culturais. Na realidade estamos diante de um espectro de variadas atitudes historiográficas – formando um *continuum* –, atitudes que exploram ou podem potencialmente explorar diferentes dimensões – ora mais os contextos, ora mais as *epistemes* – das experiências da construção da Geografia.

4. CONTEXTUALISTAS OU REALISTAS *VERSUS* PROPOSITIVOS OU DOCTRINÁRIOS

4.1. As perspectivas contextualistas

O que representam estas reflexões historiográficas que são chamadas de críticas ou contextualistas ou realistas? Estas reflexões desenvolveram-se durante o estabelecimento da sistematização ou especialização do estudo da história da disciplina. Dizendo-o de outro modo, foram desenvolvidas pelos geógrafos historiadores sistemáticos da Geografia que empregaram, na reconstrução da tradição geográfica, os procedimentos analíticos de contextualização histórica, institucional, política e cultural. As fontes que serviram de inspiração a este esforço revisionista na historiografia da disciplina foram os denominados estudos culturais multidisciplinares sobre as relações entre discurso, representações e poder. Os geógrafos que historiavam sua disciplina nesta perspectiva compareciam a estes fóruns multidisciplinares em ciências sociais, naturalmente com suas análises orientadas para o estudo da história da Geografia, dos seus discursos e práticas, co-participando destas agendas trans-disciplinares no campo da história da ciência (DRIVER, 1995).

O foco temático é o estudo do poder nas suas configurações dentro do contexto do Imperialismo, inclusive e especialmente a configuração disciplinar e científica. São numerosos os exemplos de contribuições enriquecidas por estas perspectivas interdisciplinares, como o de Livingstone (1992), as coletâneas por Godlewska e Smith (1994) e Livingstone e Whithers (1999), entre outros como Livingstone (2003), Gomes (2000), Johnston (1986), etc. Tal movimento historiográfico, o contextualismo, representou uma alternativa metodológica diferenciada das narrativas históricas dos livros textos ou da historiografia naturalista convencional anterior. Significou também numa reação deconstrutora das historiografias normativas ou doutrinárias de construção erudita que dominaram a experiência de auto-reflexão moderna da disciplina, auto-reflexão conduzida a legitimar os *novos* paradigmas. Desta maneira, estas últimas narrativas – normativas ou doutrinárias – puderam ser representadas como historiografias excessivamente internalistas ou propositivas.

A historiografia contextualizadora, sem dúvida, não significa uma empresa pacífica; pelo contrário, ela mantém-se permeada por controvérsias. É central e permanente a discussão acerca das maneiras como se têm estudado a história da Geografia (reavaliação historiográfica) e os objetivos dos esforços historiográficos. Conseqüentemente, este estilo de historiografia não escapa de uma pergunta: existe uma Política para a história deste

ramo do saber?, não obstante difícil se determinar se esta Política de escrever histórias da Geografia seria uma empresa consciente ou inconsciente conduzida (DRIVER, 1995.).

Os estudos contextuais sobre ciência, representação, verdade e poder imprimiram à historiografia da Geografia um novo caráter, a saber, marcadamente racional e auto-reflexivo e que se dirige para além dos limites da convencional reflexão sobre a própria disciplina, limites estes característicos da historiografia moderna da Geografia. A abordagem contextual pode mesmo, recentemente, ir mais além, oferecendo uma interpretação de como os Lugares (contextos geográficos) puderam exercer influência na história de outras ciências (LIVINGSTONE, 2003). Os historiadores sistemáticos da disciplina decisivamente se lançaram a problematizar, discutir e submeter à crítica epistemológica os próprios métodos que empregam de narrar ou historiar a Geografia. Isto significou maturidade na historiografia da disciplina, quando ela efetivamente se torna ciência sistemática (história da ciência) preocupada com os seus próprios métodos.

4.2. As perspectivas propositivas

Exemplos de histórias propositivas ou doutrinárias são oferecidos em trabalhos de Ritter, Humboldt, Ratzel, Febvre, De Martonne, Hartshorne e Schaeffer, entre outros. Neste caso, a história da Geografia é reconstruída para oferecer argumentos a uma proposta de releitura ou revisão ou inovação dentro da disciplina. Daí a denominação de historiografia propositiva ou doutrinária ou internalista. O uso destas palavras – doutrinário/normativo/internalista – no presente texto não possui nenhum significado depreciativo ou, em oposto, elogioso, significados que porventura estas palavras possam ter em alguns sistemas de significados convencionais específicos. Aqui se as emprega como denominações técnicas úteis à operação metodológica da suspensão de teses para revelar uma situação fenomenológica-historiográfica de controvérsia. Elas são usadas apenas para denominar esquematicamente duas atitudes de examinar a formação ou a história da Geografia, e cada uma destas atitudes possui os seus simpatizantes, por um lado, e os seus críticos por outro.

O fato de a historiografia contextual ser por muitos denominada de crítica ou realista não a tornou, de modo algum, imune à desconstrução. Barnett (1995) duvida seriamente de que qualquer utilidade para o progresso da Geografia possa resultar da historiografia realista ou contextual (sistemática), uma vez que ela, afirma ele, por metodologia, é reticente – omissa – diante dos debates e problemas mais atuais da disciplina. Esta reticência se produziria por conta do suposto *primado pluralista* (equilíbrio) presente na

metodologia de análise dos momentos da disciplina, metodologia empregada pelos contextualistas (BARNETT, 1995). As histórias propositivas, ao contrário, argumentam os seus defensores, reconstruiriam o passado da disciplina com o objetivo ou o compromisso de intervir no presente da mesma, ajudando-a.

Instala-se a polêmica e a competitividade historiográfica. O compromisso de clara intervenção no estado atual da disciplina removeria a objetividade requerida pelo rigor do método historiográfico sistemático. Os propositivos seriam, portanto, paradigma-partidários (*partisan*), afirmam os historiadores contextuais. Avaliações mais consistentes sobre situações presentes da disciplina precisariam, prosseguem os contextualistas, esperar mais para serem apresentadas; isto é, as avaliações mais convincentes teriam que esperar até que o quadro dos resultados e configurações se defina mais claramente (LIVINGSTONE, 1992), seguindo um caro princípio metodológico - também não livre de controvérsias - dos historiadores profissionais.

5. FONTES INTERCULTURAIS NA HISTORIOGRAFIA SISTEMÁTICA DA GEOGRAFIA

Um marco reconhecido da rota da sociologização dos estudos da história da ciência - fixando assim uma oposição entre os historiadores das ciências mais internalistas/doutrinários/normativos, por um lado, e os emergentes historiadores sociológicos das ciências (ROUSE, 1996) - é representado pelo *Edinburgh Strong Programme* (1975/1976). Das discussões aí acontecidas, difundiu-se a opinião de que fenômenos que na história das ciências vinham sendo usualmente interpretados “em termos de racionalidade da prática científica, ou de aproximação dos resultados à verdade, poderiam ser melhor avaliados socialmente” (ROUSE, 1996), isto é, avaliados mediante suas imersões na relatividade (relativismo ou perspectivismo) das práticas sociais (sócio-construtivismo). A abordagem sociológica introduziu na historiografia, desta forma, um elemento de deslegitimação e desafio à autoridade científica normativa ou doutrinária, historicizando ou relativizando a ciência.

Trabalhos influentes e decisivos nesta direção foram os de Foucault (1972, 1980) e Habermas (1978), entre outros. A preocupação analítica de Foucault não se dirigia à equalização entre ciência e verdade, isto é, não se dirigia à racionalidade - e sua eficiência para produzir verdades sobre os objetos - das práticas científicas. Estava ele preocupado em investigar a maneira pela qual a ciência e a verdade eram construídas socialmente e reforçavam a dominação política. A condição política e as funções ideológicas da ciência -

relação ciência/poder – constituem o seu objeto teórico. Poder gera verdades, verdades são sustentadas pelo poder – através das máquinas institucionais – máquinas que por seu turno se revigoram com aquelas verdades.

Formam-se assim estruturas de pensamento opressivas que Foucault denominou de *epistemes*; atuam elas como se fossem absolutas, espécies de regimes de verdade ou políticas de verdade. Foucault propõe então que se as historicize ou perspectivize no tempo. O programa de Foucault seria então mostrar a relatividade destas estruturas de produção de verdades à luz da análise institucional, histórica e de poder (sociológica); ou, em outras palavras, fazer uma economia política do discurso científico. Resulta que estamos diante de uma proposta historiográfica não internalista ou não normativa ou não propositiva a determinada ciência, mas sim uma historiografia recuperadora das dimensões políticas, dos sujeitos e das subjetividades, e afirmadora da relatividade (historicismo) radical das experiências sociais (inclusive, e por que não?, da ciência).

Habermas era oriundo da Escola de Frankfurt. Surgida na Alemanha, em 1923, este fórum de estudos – no qual figuravam outros proeminentes críticos como Horkenheim, Benjamim, Adorno, Marcuse – alimentava reflexões desviantes e críticas em relação ao prestigiado marxismo econômico. A atenção que a Escola dedicava à cultura como recurso para o entendimento da vida social não somente criava atritos com o marxismo convencional, mas também a fazia chocar-se com o neopositivismo do Círculo de Viena. Havia uma colisão do historicismo com os positivismo do Círculo e do marxismo. Freud (psicoanálise) e Marx (economia política) foram bases inspiradoras da Escola. Mas em razão das indagações epistemológicas inovadoras e críticas, tanto o Círculo quanto a Escola de Frankfurt foram desmantelados pelo ambiente pré Segunda Guerra na Alemanha, e muitos de seus participantes evadiram-se do país. Os membros da Escola de Frankfurt sugeriam forte relação entre ciência e cultura, ao contrário do objetivismo do neopositivismo e do positivismo marxista.

O pensamento crítico – a teoria crítica – deveria produzir emancipação (*enlightenment*) dos indivíduos em relação ao mandarinato científico, este uma espécie de regime erigido sobre o cientificismo e tecnicismo institucionais e disciplinadores e tornando as *epistemes* ferramentas intelectuais desta regência ou dominação. Habermas advoga, como historicista, em sua influente obra *Knowledge and human interests* (1978) que o conhecimento é histórica e socialmente enraizado. Para ele, as ciências humanas teriam estilo hermenêutico, isto é, produziriam o entendimento, não a explicação da vida

social como propunha o positivismo. Curioso para os geógrafos é que é possível encontrar, no Carl Sauer cultural, idêntica apreciação sobre que estilo de ciência seria a Geografia.

Para o autor de *Knowledge and human interests* as ciências humanas convencionais (hermenêuticas) haviam falhado no reconhecimento das relações entre elas mesmas e suas produções de significados, por um lado; e o poder, a ação política e a dominação social e do indivíduo por outro. Esta inconsciência era responsável pelas hipostizações – estruturas cognitivas (*epistemes*) poderosas e aprisionadoras – que bloqueavam a emancipação cognitiva. Reprimiam a emergência dos novos significados oriundos das perspectivas dos outros agentes ou sujeitos, pois a burocracia científica *fixava* suas próprias representações científicas. Tecnicamente, pode-se dizer que se produzia uma inconsciência das propriedades metafísicas do discurso, não obstante pudessem ser abundantes - e talvez mesmo por isto – as declarações de hostilidade a esta.

6. O PROGRAMA DO AUTOCONHECIMENTO E A DESOBSTRUÇÃO DE SIGNIFICADOS NA CIÊNCIA

A ciência social moderna, para Habermas, estava deixando de ser uma via para o conhecimento emancipatório, e, como reação a este estado de coisas, ele argumentava que a psicanálise oferecia a ferramenta central da teoria crítica da ciência, que era desenvolver a auto-reflexão do pesquisador sobre as próprias hipostizações que o aprisionavam. Mas – e isto é de importância central – o caminho emancipatório só seria possível ou somente faria realmente algum sentido caso o pesquisador, ele mesmo como indivíduo, possuísse ou sentisse interesse cognitivo emancipatório. Assim posto, compreende-se que a via emancipatória parte da necessidade do sujeito (agente) enquanto indivíduo, que é quem se emancipa, e nunca através de um formato burocrático emancipatório (linha coerciva de pesquisa). As representações geográficas – como, por exemplo, o conceito de região (Gomes, 1995) ou os produtos cartográficos (SEEMANN, 2003) – se tornaram objeto central da reflexão historiográfica nesta perspectiva desobstrutiva e exploradora do papel dos contextos nas suas construções.

A historicização das representações científicas é importante prática deste processo. Trata-se de um concentrado esforço de recuperação dos significados da dimensão política dos discursos e práticas nas ciências como a Geografia. Massey (2005) observa como fixações de significados em estruturas sincrônicas espacializadas de representação – categorias topográficas – são elas fechadas e bloqueiam a percepção dos fluxos das práticas e das relações sociais (poder), paralisando a ação política uma vez que

intelectualmente removem a dinâmica do tempo. O espaço é mais vivamente apreendido como “esfera de relações da multiplicidade contemporânea, e sempre em construção” (MASSEY, 2005). Ou, os lugares devem ser imaginados como eventos (MASSEY, 2005). Uma longa tarefa emancipatória e imaginativa de pesquisa, certamente em fricção com a “burocratização da originalidade”, para empregar o termo de (COWEN, 1997).

A auto-reflexão na interface ciência social e psicanálise permitiu identificar como a ciência convencional e suas *epistemes* consagradas estavam a operar estruturas repressoras de novos significados. Inclusive da ação política. Seria através de mecanismos como estes que as ciências hermenêuticas convencionais teriam perdido a capacidade de iluminar a riqueza e a mutabilidade histórica do fenômeno social. A coisa externa ao objeto e em relação com ele se realiza pelo sujeito com sua dinâmica *psyche* apoiada em antíteses (JUNG, 1995), sujeito este com suas dinâmicas condições culturais, sociais, políticas, étnicas, econômicas, etc.; esta condição relativa (contextual) é que dá sentido ao objeto. Não seria possível derivar uma verdade unicamente do objeto e assim tornando-a válida universalmente para todos.

Então, instalou-se um processo variado de auto-reflexão cultural e filosófica sobre os formatos cognitivos dentro da Geografia, sobre suas práticas e suas representações, ela mesma, a Geografia, não mais considerada como mero reflexo dos objetos externos que estudava, mas sim um interessante objeto de reflexões a partir na unidade sujeito-objeto. Filosofias apontando para a recuperação das perspectivas individuais ou dos diferentes sujeitos na construção das representações (*alteridade*), como a de Schopenhauer (2001), projetaram ecos nesta reação anti-hegeliana e anti-totalizante (BARROS, 2003). Este esforço intercultural da historiografia da Geografia envolveu tanto a incorporação dos resultados das pesquisas psicanalíticas quanto retomada dos estudos filosóficos e clássicos, como visto.

7. A HISTORIOGRAFIA CONTEXTUAL OU REALISTA SOB AS CRÍTICAS DE UTILIDADE/APLICABILIDADE

Retornem ao interior da disciplina! Dirijam-se aos problemas atuais da Geografia! Cooperem com a resolução dos nossos problemas! Estas afirmações expressam o clamor que ronda a historiografia contextual. Barnett (1995) aponta que a historiografia contextualizadora apresenta um encantamento pouco prático pelo *passado distante* (BARNETT, 1995) da disciplina, e pouca ou mesmo nenhuma preocupação para com os problemas atuais da mesma. Os seus produtos seriam coisas interessantes para os

historiadores, mas não ajudavam praticamente a Geografia. Os historiadores contextuais estariam, na realidade, é “abdicando de suas responsabilidades” (BARNETT, 1995) diante do presente. Este sistemático afastamento do presente da Geografia produzir-se-ia, por um lado pelo super-emprego metodológico da ferramenta contexto para analisar episódios da história da disciplina; e por outro, mediante certa subjugação ao muito difuso conceito de Imperialismo.

O primeiro exemplo apresentado por Barnett de historiografia pouco útil aos problemas atuais da disciplina é extraído do trabalho de Livingstone – *The geographical tradition* (1992), reconhecida *master piece* do contextualismo –, especialmente do uso que se faz neste trabalho da ferramenta analítica e interpretativa denominada contexto. Barnett argumenta que o único contexto realmente importante só poderia ser o contemporâneo; surpreendentemente, contudo, esta historiografia operava a ‘metafísica do contexto’ e de tal maneira que importantes episódios recentes, como a análise espacial ou as iniciativas pós-positivistas, ficavam elas sem análise, isto por que, segundo a historiografia contextual/realista, seria ainda muito cedo para intentar “qualquer rigorosa elucidação conceitual” delas (LIVINGSTONE, 1992 transcrito por BARNETT, 1995).

Ora, neste caso a historiografia da Geografia só trabalhava com objetos mortos, isto é, somente interessaria a esta historiografia “algo que não está mudando sua forma – e que deste modo pode ser definido claramente e reconhecido como objeto do conhecimento” (BARNETT, 1995). Quando acontecia de a historiografia contextual ficar diante da arena contemporânea da Geografia, isto é, diante dos objetos vivos, predominaria neste estilo de historiografia a atitude de que tudo é razoável, um falso pluralismo que na realidade seria “omissão” (BARNETT, 1995).

Esta historiografia necessitava uma “posição externa ao contexto inerte sob exame... uma distância segura a partir da qual o examinador pode decidir sobre motivações, desilusões e os méritos relativos de diferentes atores” (BARNETT, 1995). Isto evidenciava abdicção de responsabilidades ou omissão diante do estado contemporâneo da disciplina, ou seja, diante do único contexto realmente digno de merecer interesse. O ponto de partida de tal historiografia era estranho ou externo às realidades e necessidades efetivas da Geografia institucional contemporânea, pois partia dum passado que quanto mais assentado (morto) melhor para ser estudado mediante a ferramenta analítica contexto, enquanto a única atitude que faria sentido para auxiliar a disciplina atualmente seria propriamente olhar como a disciplina está hoje, seu “estado contemporâneo e possíveis futuros” (BARNETT, 1995). Somente depois deste exame é que se devia lançar o olhar

sobre o passado, visando para discriminar na história da disciplina as partes que merecem – e as partes que não merecem – atenção dos historiadores (BARNETT, 1995).

A historiografia recente não produzia nenhum esclarecimento sobre as práticas acadêmicas atuais e as experiências cotidianas com estas práticas (BARNETT, 1995). Na realidade, eram meras “narrativas de auto-confirmação e legitimação” construídas por “estórias que nos falam de livros inovadores, debates cruciais e indivíduos heróicos sendo convertidos como que por milagre” (BARNETT, 1995), ressuscitando os mortos para após rápidos juízos “enterrá-los mais fundo ainda” (BARNETT, 1995). Estas narrativas oferecem modelos de identidade acadêmica para os estudantes ou “certas auto-representações profissionais” (BARNETT, 1995), e fazem a Geografia participar também da “culpa colonial” (BARNETT, 1995). Mas nada de inovador ou produtivo para a Geografia atual se poderia esperar delas.

Geografia e o Imperialismo, o contexto imperial da Geografia, estes são os focos desta historiografia. Mas aquelas historiografias aceitam facilmente que “toda Geografia do passado” era “o passado da atual Geografia” (BARNETT, 1995), o que é um equívoco. Agem assim, argumenta Barnett, por que partem de conceitos muito vagos e plásticos e amplos tais como *discurso geográfico* ou *conhecimento geográfico*, esquecendo-se de verificar cuidadosamente em que casos específicos existem realmente estas relações históricas ou de anterioridade com o que entendemos, contemporaneamente, como Geografia (BARNETT, 1995).

8. CONCLUSÕES

As atitudes de resistência em face aos rumos da historiografia contextual da Geografia revelam esperanças e necessidades do retorno às reconstruções historiografias propositivas. Aqueles que conheceram estas narrativas que lhes ofereciam as oportunidades para um debate interno à disciplina, quase sempre caloroso – e por que não dizer, *partisan* –, dificilmente deixarão de reconhecer que elas ofereciam auto-imagens competitivas e mais harmonizadas da disciplina. Mas é muito difícil opinar se as respostas a este apelo doutrinário serão positivas no futuro; o certo é que não o são no presente. O campo da variedade fenomenológica da historiografia da Geografia certamente assumiu características novas, com a via da sociologização. A disciplina, por seu turno, ramificou-se em especializações que criaram novas e específicas necessidades de auto-reconstrução ou auto-reflexão.

As especializações construíram nichos institucionais e interdisciplinares muito próprios, formando sub-comunidades acadêmicas, de maneira que insistir numa historiografia geral e doutrinária da disciplina talvez soe como um estranhamento no presente. Pode-se perguntar: não seriam as revisões bibliográficas específicas dos diversos ramos sistemáticos da disciplina a via adequada para obter uma historiografia *útil* ou funcional? Parte substancial, se não a mais decisiva, das mudanças na Geografia humana na segunda metade do século 20 foram revisadas com o foco voltado para a experiência da Geografia urbana. A própria Geografia do turismo, quando começou a adquirir prestígio acadêmico a partir dos anos de 1970, drenou conceitos e modelos de uso consagrado na Geografia urbana construída nas décadas anteriores.

Os estilos de ambas as perspectivas historiográficas em conflito, perspectivas apresentadas esquemática e binariamente neste artigo, são marcadamente diferentes; contudo, e enfaticamente se o pode afirmar, não são perfeitamente excludentes. Enquanto o internalismo é mais positivo, o contextualismo é mais hermenêutico. Enquanto este último procura ver e problematizar as ramificações da ciência com a produção e a manutenção do poder, o primeiro tende a testar proposições de verdade sobre objetos espaciais numa orientação de aperfeiçoamento e funcionalidade da disciplina.

O esforço contextual tem conduzido sustentadamente a uma relativização das representações geográficas; isto é, tem revelado como estas representações são produtos que, para sua construção, dependem elas não apenas dos objetos externos aos quais procuram figurar, mas também dos indivíduos, agentes e ambientes sociais para suas estruturações. As representações como tipos de verdade tornam-se relativas. É apenas no horizonte da historiografia contextual e sociologizada que as agendas com programas de pesquisa no campo das representações tornam-se compreensíveis, como estimuladoras de reflexões e práticas de desobstrução epistemológica e de intervenção política na consciência cultural e política. Tais desconstruções historiográficas das representações geográficas produzem paralizações também, pois geram desorientações ao removerem a autoridade *natural* das mesmas.

Todos estes problemas sugerem um vasto horizonte de negociações dentro do universo das práticas científicas, o que pressupõe a academia e suas ramificações (*sítios* culturais) como a esfera destas negociações. Ou, em outras palavras, pressupõem contextos.

9. REFERÊNCIAS

- BARNETT, C. 1996. “Awakening the dead: who needs the history of geography”. **Transactions of RGS/IBG**. v. 20, n. 4, p. 417-419.
- BARROS, N.C. 2003. “Ensaio sobre renovações recentes na Geografia Humana”. **Mercator**. v. 2, n. 4, p. 7-18.
- BARROS, N.C. 2004. “Notas sobre contribuições da Antiguidade Clássica ao Pensamento Geográfico”. **Revista de Geografia** (Recife). v. 21, n. 2, p. 77-84.
- BARROWS, H. 1923. “Geography as Human Ecology”. **Annals of the AAG**. v. XIII, n. 1, p. 1-14.
- BURY, J.B. 1955. **The Idea of Progress**. Dover, New York. (Ed. orig. 1932).
- BUTTNER, A. 1982. “Musing on Helicon: root metaphors and geography”. **Geographiska Annaler**. v. 64B, p. 89-96.
- CAPEL, H. 1981. **Filosofia e ciência em la Geografia contemporânea**. Barcelona, Barcanova.
- CLAVAL, P. 1974. **Evolución de la Geografía Humana**. Barcelona, Oikos-Tau.
- COWEN, R. 1997. “Comparative perspectives on the British PhD”. In: GRAVES, N.; VARMA, V. (Eds.) **Working for a Doctorate: a guide for the humanities and social sciences**. London, Routledge, pp. 184-199.
- DRIVER, F. 1995. “Geographical traditions: rethinking the history of geography”. **Transactions of RGS/IBG**. v. 20, n. 4, p. 403-404.
- DUNBAR, G. (Ed.) 2001. **Geography: Discipline, Profession and Subject since 1870: an International Survey**. Dordrecht/Netherlands: Kluwer.

DUNCAN, J. 1980. "The Super organic in American Cultural Geography". **Annals of the AAG**. v. 70, n. 2, p. 181-198.

DUNCAN, J.; LEY, D. 1982. "Structural Marxism and Cultural Geography: a critical assessment". **Annals of the AAG**. v. 72, n. 1, p. 30-55.

DUNCAN, J.; LEY, D. (Eds.) 1993. **Place, Culture and Representation**. London, Routledge.

FOULCAULT, M. 1972. **The archaeology of knowledge**. London, Tavistok.

FOUCAULT, M. 1980. **Power/knowledge: selected interviews and other writings (1972/1977)**. Brighton, Harvester.

GLAECKEN, C. 1967. **Traces on the Rhodian Shore: nature and culture in western thought from ancient times to the end of the eighteenth century**. Berkeley University of California Press.

GODLEWSKA, A.; SMITH, N. 1994. **Geography and Empire**. Oxford, Blackwell.

GOMES, P. 1995. "O Conceito de Região e sua Discussão". In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORREA, R. (Eds.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand. pp. 49-76.

GOMES, P.C. 2000. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro, Bertrand.

HABBERMAS, J. 1978. **Knowledge and human interests**. London, Heinemann.

HARTSHORNE, R. 1978. **Propósitos e natureza da Geografia**. São Paulo, Edusp/Hucitec.

HEFFERNAN, M. 2003. "Histories of Geography". In: HOLLOWAY, S.; RICE, S.; VALENTINE, G. (Eds.) **Key concepts in Geography**. London, Sage. pp. 3-22.

JONHSTON, R. 1986. **Geografia e Geógrafos**. São Paulo, Difel.

JUNG, C. 1995. **Memories, Dreams and Reflections**. London, Fontana Press.

LIVINGSTONE, D. 1979. "Some methodological problems in the history of geographical thought". **Tijdschrift voor Econ. En Soc. Geografie**. v. 70, n. 4, p. 226-231.

LIVINGSTONE, D. 1992. **The geographical Tradition**. Oxford, Blackwell.

LIVINGSTONE, D. 2003. **Putting Science in Its Place: Geographies of Scientific Knowledge**. Chicago: University of Chicago Press.

LIVINGSTONE, D.; WITHERS, C. 1999. **Geography and Enlightenment**. The University of Chicago Press.

MAIR, A. 1986. "Thomas Kuhn and Understanding Geography". **Progress in Human Geography**. v. 10, p. 345-369.

MARTINS, L. 2001. **O Rio de Janeiro dos Viajantes: o olhar britânico (1800-1850)**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MASSEY, D. 2005. **For Space**. California, Sage.

MÉYNIER, A. 1969. **Histoire de la pensée géographique en France**. Paris, PUF.

MONTEIRO, C.A. 2000. **Geossistemas: a história de uma procura**. São Paulo, Contexto.

PATTISON, W. 1964. "The four traditions of Geography". **Journal of Geography**. v. 63, n. 5, p. 211-216.

ROUSE, J. 1996. **Engaging Science: how to understand its practice philosophically**. Ithaca, Cornell University Press.

SCHAEFER, F. 1977. “O excepcionalismo na Geografia: um estudo metodológico”. **Boletim de Geografia Teórica**. v. 7, n. 13, p. 5-37.

SCHOPENHAUER, A. 2001. **Sobre a filosofia universitária**. São Paulo, Martins Fontes.

SEEMANN, J. 2003. “Mercator e os Geógrafos: em busca de uma ‘projeção’ do mundo”. **Mercator**. v. 2, n. 3, p. 7-18.

SPETH, W. 1999. **How it came to be**. Washington, Ephemera.

STODDART, D.R. 1965. “Geography and the Ecological Approach: the ecosystem as a geographical principle and method”. **Geography**. v. 50, p. 242-251.

STODART, D.R. 1966. “Darwin’s impact on Geography”. **The Annals of The Association of American Geographers**. v. 56, p. 683-98.

STODDART, D.R. 1982. “Geography-A European Science”. **Geography**. v. 67, p. 289-296.